

## Toponímia rural de Alagoinhas: acidentes humanos de origem indígena e africana

### Rural toponymy of Alagoinhas: human accidents of indigenous and African origin

*Edileuza Moura Candido da SILVA\**

*Celina Márcia de Souza ABBADE\*\**

---

**RESUMO:** O referente artigo trata da análise de uma amostra de nomes de acidentes geográficos humanos de origem indígena e africana, da zona rural do município de Alagoinhas-Bahia, Território de identidade 18, coletada para a pesquisa de mestrado em andamento, intitulada: “A Toponímia Rural na construção Cultural e Histórica de Alagoinhas: acidentes humanos”. A pesquisa é composta por um *corpus* disposto em bases cartográficas do município, coletadas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), TRE (Tribunal Regional Eleitoral), UARA (União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas), FIGAM (Fundação Iraci Gama) e documentos do arquivo público do município. Serão abordados os fatores históricos, econômicos, culturais e sociais, responsáveis pela nomeação dos povoados e distritos da toponímia rural do município, região que serviu de passagem para o movimento das Bandeiras, no final do século XVIII. Compreendemos que traços culturais de identidade e me-

---

**ABSTRACT:** This present article is about the analysis of a sample of data on human accidents of indigenous and African origin, from the rural area of the municipality of Alagoinhas-Bahia, territory of identity 18, collected for the ongoing master's research, entitled: “The Rural Toponymy in the Cultural and Historical construction of Alagoinhas: human accidents”. The research consists of a corpus arranged in cartographic bases of the municipality, collected from IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), TRE (Regional Electoral Court), UARA (Union of Rural Community Associations of Alagoinhas), FIGAM (Iraci Gama Foundation) and documents from the municipality's public archives. The historical, economic, cultural and social factors responsible for naming the villages and districts of the municipality's rural toponymy will be addressed, a region that served as a gateway for the Bandeiras movement at the end of the 18th century. We understand that cultural traits of iden-

---

---

\* Mestra em Linguagens, Discurso e Sociedade (PPGEL/UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9100-1898>. [mouradasilva29@gmail.com](mailto:mouradasilva29@gmail.com).

\*\* Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6485-277X>. [celinabbade@gmail.com](mailto:celinabbade@gmail.com).

mória de um povo podem ser identificados através do termo toponímico, considerando-se assim que, ao estudar os acidentes humanos da zona rural por meio dos seus designativos, possamos trilhar caminhos pela história de sua terra. Desse modo, identificar os motivos os quais possibilitaram a escolha dos topônimos daquelas localidades, bem como maior ou menor representatividade e prestígio toponímico, nos permite lançar um olhar especial na formação e construção cultural dessa gente no referido espaço. Importante ressaltar que dos 70 (setenta) topônimos investigados, serão analisados, neste texto, apenas os de origem indígena e africana da zona rural deste município, adotando como referencial teórico o modelo toponímico inicialmente proposto por Dick (1990).

**PALAVRAS-CHAVE:** Onomástica. Toponímia rural. Acidentes humanos. Alagoinhas.

ity and memory of a people can be identified through the toponymic term, considering that, when studying human accidents in the countryside through their designations, we can walk paths through the history of their land. In this way, identifying the reasons which made it possible to choose the toponyms of those locations, as well as greater or lesser representativeness and toponymic prestige, allows us to take a special look at the formation and cultural construction of these people in that space. It is important to note that of the 70 (seventy) toponyms investigated, in this text, only those of indigenous and African origin from the rural zone of this municipality will be analyzed, adopting the toponymic model initially proposed by Dick (1990) as a theoretical reference.

**KEYWORDS:** Onomastics. Rural Toponymy. Human accidents. Alagoinhas.

## 1 Introdução

Desde épocas remotas, o homem nomeia os lugares por onde passa, seja para facilitar a identificação espacial, seja para facilitar seu deslocamento. Essa nomenclatura ocorre para designar uma construção recente, para descrever características de um determinado ambiente, como se observa, por exemplo, nos termos de origem indígena e africana, uma vez que o fazer denominativo ultrapassa muitas vezes o caráter nomenclatório.

Ao refletir sobre a prática da nomenclatura dos acidentes humanos de uma determinada localidade, é importante considerar que este processo é formado da relação entre cultura, ambiente e o modo de vida de sua gente. Dick (1990, p. 5), destaca que a nomenclatura dos lugares é uma prática que o homem exerce desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana, já que essa simples ação proporcionava ao homem

não apenas o contato com o acidente nominado, mas também uma relação de posse entre o possuidor e o espaço nominado.

Nessa relação constante, surgiram distritos, povoados e comunidades quilombolas que receberam nomes religiosos, nomes de rios, nomes relativos à fauna e a flora local, assim como aqueles ligados às etnias indígenas e africanas. Desta forma, a Toponímia é definida, conforme Leite de Vasconcelos (1931), como estudo dos nomes de sítios, de povoações, de nações, de rios, de montes, de vales, isto é, dos nomes geográficos.

Assim, o estudo toponímico é de relevante importância nas nomeações dos lugares, pois além de propor um retorno ao passado, visa o possível preenchimento do esvaziamento semântico em consequência da temporalidade, reafirmando as intenções do homem no ato da nomeação do ambiente ao qual faz parte.

Faz-se necessário ressaltar alguns aspectos teóricos embaixadores desta pesquisa. Primeiramente, apontamos que o estudo dos nomes de lugares possibilita a identificação e recuperação de fatos linguísticos recorrentes no ato denominativo. Desse modo, os topônimos testemunham parte da história da língua, pois os contatos linguísticos e culturais entre os povos são conservados através dos signos linguísticos.

Nessa perspectiva, a língua é um fator social comprovador das particularidades com que cada comunidade percebe e representa o mundo, e a linguagem é a manifestação primária do social, do “ser com o outro”, do homem; e a língua não é “obrigatória como imposição externa, mas como obrigação livremente assumida” (COSERIU, 1982, p. 29).

Por possuir este caráter social, a língua faz com que a vinculação de ideias e experiências seja favorecida e reforce a interação entre os membros de uma sociedade, ou seja, é pela língua que essa interação acontece, pois a língua integra a realidade cultural na qual o homem está inserido, conforme afirma Duranti: “Se quisermos compreender o papel da língua na vida das pessoas, precisamos ir além do estudo de sua

gramática e entrar no mundo da ação social” (DURANTI, 2000, p. 28). E esse sistema de signos que a língua compreende está estreitamente vinculado ao processo das relações sociais. Desde visão de Saussure (2006 [1916]), por exemplo, a língua é entendida como uma instituição social.

O processo de nomeação, por sua vez, é um ato designativo constituído através da relação entre ambiente, povo e cultura, ou seja, a inter-relação homem-ambiente é representada pela linguagem. Carvalhinhos e Antunes (2007), afirmam que a questão do nome sempre foi foco de muitas análises, como a relação semântica entre o objeto, o conceito e a forma da palavra.

Por acreditar que os topônimos são considerados como mais um elemento para reconstrução da memória de um povo, e que “estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer a história social do povo que a utiliza” (ABBADE, 2011, p. 1332), trilhar pelos municípios da Bahia e adentrar na zona rural para conhecer as motivações que receberam os topônimos daquelas localidades, significa registrar os contatos linguísticos e culturais entre seus povos, constituindo registros históricos e culturais destes. E, por refletir marcas de sua identidade, esses topônimos necessitam ser conservados.

O *corpus* desta pesquisa foi construído a partir dos seguintes banco de dados: Projeto ATOBAH (Atlas Toponímico da Bahia) do NEL (Núcleo de Estudos Lexicais); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); TRE (Tribunal Regional Eleitoral); Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; UARA (União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas), UAMA (União das Associações dos Moradores do Município de Alagoinhas), COOPAMA (Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária do Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas-Bahia), assim como bases cartográficas do município de Alagoinhas e dados orais de moradores, preferencialmente acima de 80 anos, que sempre viveram na comunidade.

## 2 A formação do município de Alagoinhas

Antes de apresentar os nomes das comunidades rurais de origens indígena e africana de Alagoinhas e realizar o estudo toponímico, faz-se necessário fazer um recorte histórico sobre a formação desta cidade, pois é preciso entender que relações sociais foram construídas ao longo do tempo em seu contexto. Tal tipo de análise reitera o valor documental dos topônimos, já que é através das vivências sociais que se atribui valor semântico aos nomes de lugares.

Desta forma, acredita-se que o lugar guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da vida, passível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. É por meio da história da formação da região onde se localiza o município de Alagoinhas que se entenderá melhor as motivações toponímicas impulsionadoras da denominação dos acidentes geográficos humanos rurais, pois a formação do núcleo urbano foi uma consequência dessas relações sociais.

Foi por volta de 1777, que um jesuíta chamado João Augusto Machado chegou ao Brasil, através de uma ordem católica belga, designado a servir em Catuiçara (antigo Bom Jardim, hoje Teodoro Sampaio, município baiano) e se fixou numa área de sítio agradável, terras de tabuleiros, onde procurou construir um espaço de sobrevivência e sociabilidade. E as primeiras pessoas que chegaram para habitar a região, instalaram-se na parte alta se deparando frequentemente com diversas pequenas lagoas d'água, ou seja, "as lagoinhas", como chamavam. Dessa forma a cidade de Alagoinhas foi assim nominada: pela aglutinação do artigo "as" + lagoinhas, e, por síncope, Alagoinhas.

No final do século XVIII, o referido sacerdote (primeiro a construir moradia na região), fundou a fazenda Ladeira, dos herdeiros de José Dias e, mais tarde, dividiu a fazenda em: Coqueiro, Santo Antônio e Suzanópolis. Ele ergueu então uma capela, segundo Resolução de Consulta da Mesa de Consciência e Ordens, de 15 de outubro

de 1816. Ao seu redor, formou-se o povoado de Santo Antônio das Lagoinhas, composto de pequenas casas, próximo a uma lagoa de águas refrescantes, hoje conhecida como Fonte dos Padres.

A história do povoado de Santo Antônio das Lagoinhas teve início enquanto ainda era ponto de passagem e descanso de gado nas estradas das boiadas, ora fazendo parte da capitania de Sergipe, ora da Bahia. Esse povoado pertencia à Vila de Inhambupe. O jesuíta fundador permaneceu por cerca de vinte anos dedicando suas atividades sacerdotais ao povoamento, sendo substituído, em 1816, pelo Padre José Rodrigues Pontes que elevou o lugar à categoria de freguesia mantendo o nome de Santo Antônio das Lagoinhas. Através da Resolução Provincial, em 1832, a freguesia passou à categoria de vila, sendo desmembrada de Inhambupe. E, em 02 de julho de 1853, foi instalado o município de Alagoinhas.

A Bahia foi formando vários povoados, muitos deles tendo como origem populacional os índios que aqui constituíram suas aldeias, e famílias portuguesas vindas de variadas regiões, atraídas pela fertilidade do solo, pela grande quantidade de vegetação e da boa qualidade da água, como aconteceu com o município de Alagoinhas, que servia de local de passagem para o movimento das Bandeiras.

Nos fins do século XVIII, com a chegada de um ministro da doutrina católica de nacionalidade portuguesa, a procura por um local que pudesse viver e trabalhar despreocupadamente, Alagoinhas começou a ser habitada por estrangeiros. A essas informações, juntam-se todas as questões de interesses religiosos, políticos e culturais que promoveram a formação dos povoados, embora muitos deles já fossem habitados por tribos indígenas.

Tal constatação certamente justifica a escolha de elementos da fauna e da flora escolhidos pelos indígenas para nominar os acidentes físicos e humanos da região.

Para Sampaio, “o indígena fazia uso globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente e, [...] não apenas dos descritivos puros, mas também dos descritivos associativos” (SAMPAIO, 1987, p. 8).

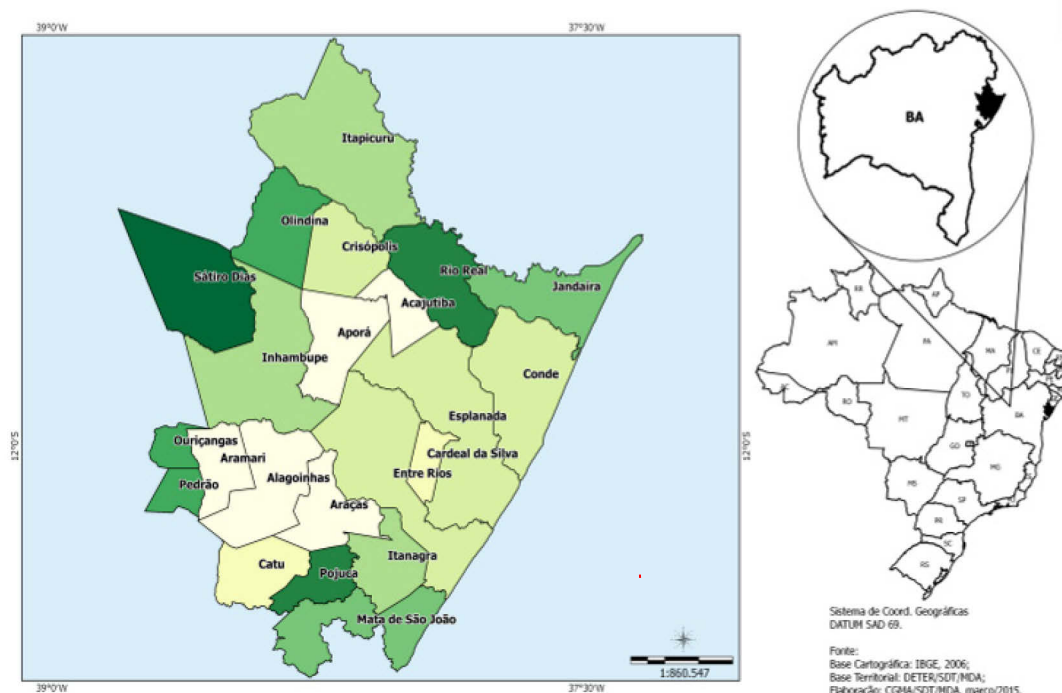
Quanto à presença da influência da etnia africana, justifica-se pelo grande contingente de negros traficados para o estado da Bahia nos fins do século XIX. Mas não podemos esquecer que esse grupo ainda é considerado um dos principais elementos na formação do povo e da cultura brasileira.

O estudo toponímico dessa região busca apresentar as contribuições linguístico-culturais na formação do povo desse município, o qual se formou a partir de etnias diversificadas compostas por estratos populacionais diversos, como os ameríndios, distribuídos em vários troncos e famílias, bem como portugueses e africanos. Mesmo esses povos nativos habitantes de onde hoje é a vasta área do território baiano tendo sido quase dizimados devido aos conflitos e revoltas que os europeus aqui produziam, além das doenças que lhes transmitiram, os mesmos continuaram a exercer influência na toponímia local.

Faz-se importante também ressaltar que o objetivo desta pesquisa é o de realizar um estudo da motivação toponímica relativa aos nomes dos acidentes humanos (distritos, povoados e comunidades quilombolas) de origem africana e indígena da zona rural do município baiano de Alagoinhas, produzindo sua descrição e análise, a partir do banco de dados do Projeto ATOBAH - Atlas Toponímico da Bahia e NEL - Núcleo de Estudos Lexicais, coordenado pela Dr<sup>a</sup>. Celina Márcia de Souza Abbade.

De acordo com a divisão proposta pelo IBGE, SEI, TRE e arquivos públicos municipais, a zona rural desse município divide-se em setenta acidentes humanos (dois distritos, três comunidades quilombolas e sessenta e cinco povoados). O mapa a seguir mostra a localização do município de Alagoinhas-Ba, inserido no Território de Identidade 18, juntamente com os demais 22 municípios que compõem esse território.

Figura 1 – Município de Alagoínhas - Território 18.



Fonte: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_181\\_Litoral%20Norte%20e%20Agreste%20Baiano%20-%20BA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_181_Litoral%20Norte%20e%20Agreste%20Baiano%20-%20BA.pdf)

Segundo dados do IBGE, em 2018, a área territorial deste município corresponde a 707.558 km<sup>2</sup>. De acordo com o censo de 2010, Alagoínhas possuía 141.949 habitantes, nos quais 142.042 são residentes da zona urbana e 17.907 da zona rural. Sua população estimada em 2019, está em 151.596 habitantes.

É através da história da formação do referido território que se procurará compreender as motivações semânticas propulsoras da denominação das suas áreas rurais, uma vez que o núcleo urbano foi resultado de uma consequência das relações culturais, sociais e históricas existentes na região.

### 3 Pressupostos Teóricos

Para este estudo, fez-se necessário o debruçar sobre as concepções teóricas que embasam a Onomástica, a qual está inserida nas áreas de pesquisas do Léxico, ocupando-se do estudo dos nomes próprios em geral, estando integrada à Lexicologia que visa estudar, categorizar e estruturar as palavras dentro do universo lexical.



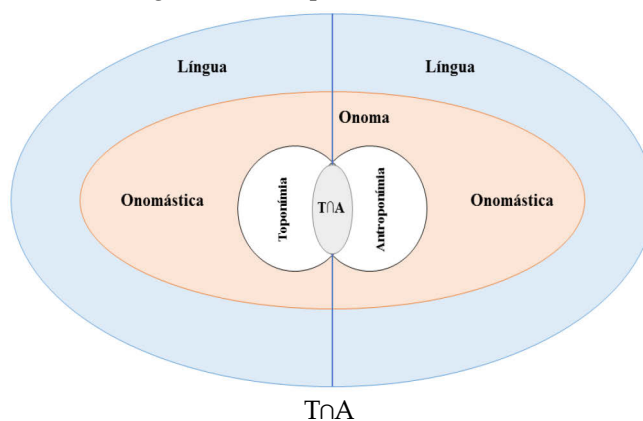
A Antroponímia e a Toponímia são subáreas da Onomástica. A Antroponímia trata dos estudos dos nomes próprios individuais, isto é, dos nomes parentais ou sobrenomes, alcunhas e apelidos. Já a Toponímia investiga o léxico toponímico, por meio do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares (SEABRA, 2006, p. 1953). Logo, podemos afirmar que ambas se constituem enquanto elementos linguísticos que estão imersos em estágios denominativos passados.

Para Dick, Toponímia e Antroponímia podem ser compreendidas como: “duas faces de mesmo rosto maior ou corpo maior, a Onomástica” (DICK, 2006, p.96), possuindo como objeto de trabalho o nome próprio, genericamente considerado a partir da definição do *onoma*. E é justamente no *onoma* que ocorre o ponto de encontro da Antroponímia com a Toponímia.

A palavra, ao deixar seu uso pleno na língua transmitido para um uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo em uso dêitico e passa a ser conhecida como topônimo ou antropônimo, seguindo posições diferenciadas, mas que se completam (DICK, 1999, p.145).

Como se observa no diagrama a seguir, a Onomástica é um subconjunto do sistema linguístico e suas duas áreas - *Antroponímia* e *Toponímia* - encontram-se na linha do *onoma* (nome), sua intersecção.

Figura 2 – Campo da Onomástica.



T = Toponímia A = Antroponímia  
T∩A = Intersecção

Fonte: Dick (1999, p. 145).

Assim, a Toponímia, ramo da Onomástica que se dedica aos nomes de lugares e sobre a qual dedicaremos maior atenção neste trabalho, é reveladora de aspectos histórico-culturais, pois possibilita o reconhecimento de remanescentes linguísticos, ideológicos e culturais de um povo (DAUZAT, 1991). E no processo de denominar, este estudo ultrapassa a expressão meramente linguística atribuída aos nomes próprios, ao resgatar aspectos importantes da história de uma língua, de uma cultura e de uma comunidade.

Ao mesmo tempo em que evidencia questões importantes a respeito da história e da cultura de uma comunidade, Seabra aponta que os topônimos também apresentam “função conservadora das tradições e dos costumes de uma comunidade, na medida em que se utilizam de sua cultura linguística para nomear acidentes geográficos” (SEABRA, 2004, p. 18).

Neste sentido, o topônimo pode ser compreendido como um signo linguístico detentor de características próprias, capaz de apresentar a realidade de uma pretendida região, mostrando características sociais e ambientais, mesmo quando já se faz extinta a motivação toponímica ocorrida no ato denominativo.

Em se tratando do estudo da Toponímia do município de Alagoinhas, há um número representativo no âmbito das denominações: os nomes de ruas, bairros, comunidades, vilas e praças. Na Toponímia, alguns antropônimos podem aparecer como forma de homenagem a moradores antigos e figuras ilustres ou políticas, como por exemplo: a Comunidade do Godinho (homenagem ao vigário Afonso Godinho que foi designado para o distrito de Boa União).

É importante lembrar que os nomes próprios foram considerados por muitos estudiosos da língua como um estudo lexicológico diferenciado dos nomes comuns. Essa diferença consiste na ideia de que, segundo Ullmann (1964), os nomes comuns sempre podem significar algo, enquanto os nomes próprios apenas identificam seus referentes.

Sobre este aspecto, compreende-se que sem o objeto ao qual o nome próprio pode referir-se, não é possível estabelecer uma relação entre o nome e o pensamento e, como consequência, não há significação, pois, tal como afirma Dick: “Por muito tempo, os nomes próprios, por não estarem articulados com a sintaxe textual e por destacarem, pela característica dêitica que os reveste, do ordenamento discursivo” (DICK, 1999, p.121).

Nessa perspectiva, os nomes próprios não apenas identificam, mas também significam. Acontece que essa categoria de nomes pode, na maioria das vezes, ultrapassar os limites do sistema linguístico, direcionando-se ao extralinguístico e, mesmo assim, sendo um signo de referência, não se esquivando dos padrões conceituais que um símbolo linguístico deve presumidamente possuir.

Por essa razão, é possível compreender que o nome de um lugar não possui apenas a função de organizar o espaço geográfico, pois em cada nomeação há registro da história e da identidade de um povo. Sendo assim, os topônimos, originalmente extraídos de uma língua viva, são enunciados linguísticos que passam pelo crivo do denominador que os seleciona e interpreta, segundo seus conceitos, valores, intenções, códigos e usos representativos de seu grupo.

#### **4 Metodologia**

Segundo Dick (1990), o topônimo é o vínculo existente entre o objeto denominado e o denominador, pois é a partir desse produto gerado que será possível recuperar as motivações lexicais influenciadoras do homem no ato da nomeação, já que suas percepções ficaram registradas nos elementos linguísticos que constituem o topônimo.

Partindo deste pressuposto, Dick formulou um quadro taxionômico que apresenta classificações possíveis de enquadrar os topônimos brasileiros baseando-se em motivações físicas (aspectos geográficos) e motivações antropoculturais (referentes à cultura, meio social ou aspectos psíquicos).

Antes, porém, dos estudos realizados, Dick percebeu que os modelos de classificação europeia e norte-americana não conseguiam se adequar à realidade brasileira a qual apresenta uma variedade de nomeações geográficas. Notando a necessidade de uma terminologia científica que abrangesse a nomenclatura da geografia do Brasil, a autora publicou, em 1975, um primeiro modelo taxionômico com dezenove taxes (DICK, 1990). Por não conseguir corresponder a todas as taxes existentes, foi necessário fazer um estudo mais aprofundado com base no quadro taxionômico.

O primeiro quadro composto por Dick foi complementado e ampliado para vinte e sete taxes em 1980, em tese de doutorado<sup>1</sup>. As vinte e sete taxionomias dividem-se em: onze de natureza física e dezesseis de natureza antropocultural.

Como modelo de sistematização, Dick (1990), propôs também a utilização de fichas lexicográfico-toponímicas para apresentação dos resultados do estudo toponímico. Esse modelo auxiliará nas informações precisas e sistemáticas acerca das lexias aqui analisadas, e a considerar os fatores que fundamentam o estudo linguístico. A análise dos dados focalizou aspectos prioritários da análise toponímica: o topônimo, a taxionomia, o acidente, a língua de origem, a estrutura morfológica dos designativos, a questão da motivação toponímica e, considerando, entretanto, além dos aspectos linguísticos, informações históricas, geográficas, sociais e etnolinguísticas relacionadas ao recorte dos topônimos de origem indígena e africana, assim como os contextos orais e escritos e as fontes.

Observa-se a seguir o modelo de ficha utilizada neste trabalho, baseado no proposto por Dick (1990), mas com algumas adaptações necessárias para entendimento das demandas do estudo em questão.

---

<sup>1</sup> Tese intitulada *A Motivação Toponímica, principais teóricos e modelos taxionômicos*, defendida em 1980 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Dr. Carlos Drumond.

Quadro 1 – Modelo de ficha lexicográfica-toponímica.

TOPÔNIMO	TAXIONOMIA
ACIDENTE	
ORIGEM	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA	
HISTÓRICO	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS	
CONTEXTOS DE OCORRÊNCIAS ESCRITAS E ORAIS	
FONTE	

Fonte: SILVA, 2020.

De acordo com os elementos que constituem a ficha, apresentam-se as seguintes definições para os mesmos: **topônimo**: refere-se à identificação dos acidentes humanos da zona rural do município de Alagoinhas - Bahia, Território 18; **taxionomia**: refere-se à classificação taxionômica, seguindo o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990, 1992), para um trabalho toponímico; **acidente**: classifica-se em humano (relacionado aos lugares construídos pelo homem) e físico (relacionado à parte geográfica da região); **origem**: indica a procedência dos topônimos, classificando-os como de origem portuguesa, indígena, africana ou híbrida; **estrutura morfológica**: indica a composição morfológica dos topônimos, classificando-os em: elemento específico simples, elemento específico simples híbrido, elemento específico composto e elemento específico composto híbrido; **histórico**: indicam-se aqui as alterações sofridas pelo topônimo, ao longo do tempo, tomando por base as informações presentes na obra estudada e em dados do IBGE, arquivos públicos e TRE; **informações enciclopédicas**: são apresentadas informações acerca da história e de outros aspectos do topônimo presentes na obra estudada e em notas ao final do campo, de outras fontes pesquisadas, especialmente aquelas que justificam a classificação toponímica indicada; **contextos de ocorrências escritas e orais**: este item foi anexado à tabela para justificar alguns dados da pesquisa que não foram encontrados nas informações enciclopédicas acerca da história e de outros aspectos dos topônimos dos povoados em questão; e **fonte**: informa as referências onde foram feitas as pesquisas das informações elencadas nas fichas e dispostas no campo informações enciclopédicas

O *corpus* da pesquisa é composto apenas de topônimos que nominam os acidentes humanos, sendo que este campo será classificado apenas como acidente humano, seguido da informação “distrito”, “povoado” e/ou “comunidade quilombola.

Ainda em relação à **estrutura morfológica**, com relação aos topônimos indígenas, optou-se por considerar como elementos específicos simples todos os que se constituem de uma só palavra, ainda que, tendo em vista o caráter aglutinante da língua, sejam formados por mais de um radical, identificados na seção.

Os designativos foram classificados segundo o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990, 1992) para a realidade toponímica brasileira, considerando as seguintes categorias: *categoria de natureza antropocultural*, relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais e a *categoria de natureza física*, relacionadas ao ambiente físico. Os topônimos coletados apresentam um conjunto estruturado de informações sobre cada topônimo estudado.

A seguir, apresentaremos como exemplo, dois dos topônimos pesquisados com suas respectivas fichas lexicográfico-toponímicas, iniciando-se por um topônimo de origem africana e, em seguida, por um de origem indígena.

Ficha lexicográfico-toponímica 1.

TOPÔNIMO	CALU	TAXIONOMIA	FITOTOPÔNIMO
ACIDENTE		Humano – Povoado	
ORIGEM		Africana. <b>CALU</b> , do banto - <i>calulu Kik/Kimbkalulu/kalalu Var. Calulu, cariru</i> ‘caruru- de- quiabo, caruru-de-folhas’ (CASTRO, 2001).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA		Elemento simples	
HISTÓRICO		n/e	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS		O povoado se localiza as margens da BA 504, banhado pelo Riacho da Calu e próximo aos povoados Milagres e Papagaio. SEI/IBGE/FUNASA, 2018.	
CONTEXTOS DE OCORRÊNCIAS ESCRITAS E ORAIS		“[...] aqui era muito bom, antes desses homens ambiciosos chegarem, derrubando a vegetação, revirando a terra, aterrando as águas dos rios com os entulhos mal cheirosos da BRESPEL, para fazer construção em cima, a procura de que, nem sei, mas ficou muito diferente” (Sr. J. E. T., morador local, 79 anos, 2019). As comunidades de Calu e Sauipe também funcionavam como centros industriais possuindo algumas olarias que até hoje mantem a	

	<p>sua tradição, a BRESPEL e CAVAN. Essas fábricas serviram de atrativos para trabalhadores de outras regiões circunvizinhas, que precisavam de empregos. Além das questões industriais, um outro fator preponderante quanto ao local, era por ser escolhido para realizar grandes reuniões sigilosas com grandes nomes políticos, na decisão de assuntos importantes como por exemplo a escolha do apoio aos pretendentes aos cargos nas esferas federais, estaduais e municipais, como já mencionado nos textos anteriores o município traz um viés político-social democrático com muito destaque.</p> <p>[...] eu queria mesmo era que fosse como antes sem barulho das máquinas e sem esse cheiro ruim, frio de cobra, a senhora sabe que ai limpa a pele dos bichos, é bicho que tem que morrer para ´tirar a pele, isso ninguém vê” (D. A. M. S., 94 anos, 2019).</p> <p>O Povoado se localiza as margens da BA 504, banhado pelo Riacho da Calu e próximo aos povoados Milagres e Papagaio. SEI/IBGE/FUNASA, 2018.</p>
<b>FONTE</b>	<p>CASTRO, Yeda Pessoa de. <i>Falares africanos na Bahia. Um vocabulário afro-brasileiro</i>. Rio de Janeiro: ABL/TOPBOOKS, 2001.</p> <p>BARROS, Salomão A. <i>Vultos e feitos: reconstituindo o passado e descrevendo o presente do município de Alagoinhas</i>. Salvador, 1979.</p>

## Ficha lexicográfico-toponímica 2.

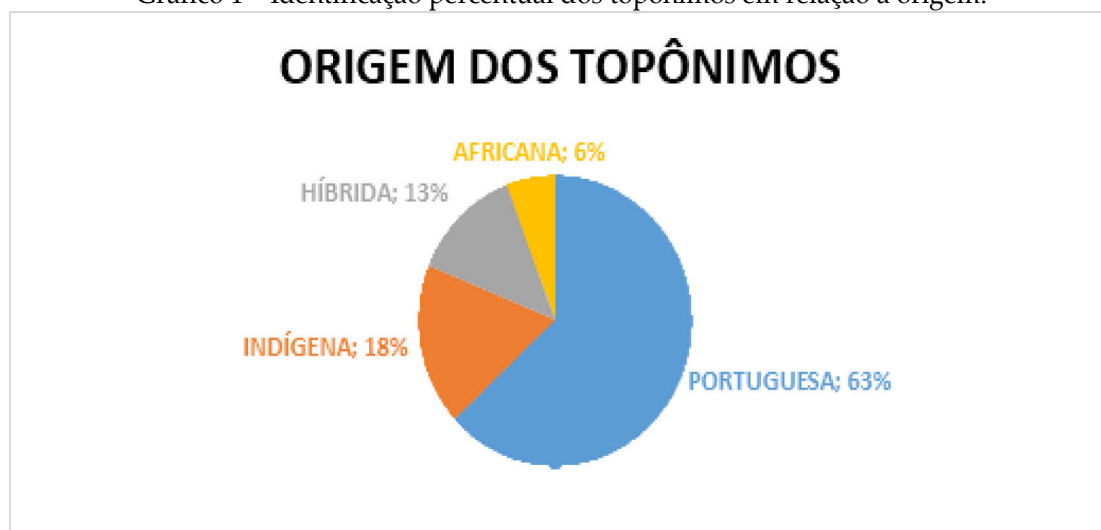
TOPÔNIMO	CAPOEIRA	TAXIONOMIA	FITOTOPÔNIMO
<b>ACIDENTE</b>		Humano – Povoado	
<b>ORIGEM</b>		Indígena. <b>CAPOEIRA</b> , do tupi – Vocábulo indígena de <i>caá</i> – mato, mata, floresta e <i>oera</i> – que foi, logo mata que existiu (SOUZA, 1961).	
<b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA</b>		Elemento simples	
<b>HISTÓRICO</b>		n/e	
<b>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS</b>		O povoado se localiza entre as Fazendas Travessão e Fortaleza e próximo ao Sítio Oiteiro Redondo, sendo cortado pelo Riacho Limoeiro e Córrego da Preguiça. SEI/IBGE/FUNASA, 2018.	
<b>CONTEXTOS DE OCORRÊNCIAS ESCRITAS E ORAIS</b>		“[...] a senhora já viu como são essas terras, com essa coloração, agente observa também que aqui nada cresce, parece que foi até praga dos homens ,nasci e fui criada aqui pelos meus pais, mas eles sempre falavam a mesma coisa do lugar, desde que me entendo como gente, é tudo igual, com 75 anos de vida, já vi de tudo” (D. M. J. B, 2019).	
<b>FONTE</b>		<p>BARROS, Salomão A. <i>Vultos e feitos: reconstituindo o passado e descrevendo o presente do município de Alagoinhas</i>. Salvador, 1979. SEI/IBGE/FUNASA. <i>Mapa político – rodoviário – turístico</i>. Alagoinhas – Ba, 2018.</p> <p>UARA. <i>Arquivos de domínio público</i>, 1998.</p> <p>SOUZA, Bernardino José de. <i>Dicionário da terra e da gente do Brasil</i>. 5<sup>a</sup> ed. Da Onomástica geral da geografia do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1961.</p>	

## 5 Análise dos topônimos de origem africana e indígena

Conforme já foi dito, foram quantificados, agrupados e enumerados em toda zona rural de Alagoinhas setenta acidentes humanos, sendo dois distritos, sessenta e cinco povoados e três comunidades quilombolas. Os referidos dados estão registrados em gráficos e tabelas e as análises feitas para o presente estudo concentram-se somente nos topônimos de origem africana e indígena.

Dos setenta topônimos analisados, prevalecem os de origem portuguesa com quarenta e quatro dos topônimos, o que já era de se esperar. Mas o interessante é que quase 25% desses topônimos (dezessete) são de origem indígena (18%) e de origem africana (6%). Ainda temos os topônimos híbridos que somam nove deles (13%). Vejamos esses dados no gráfico a seguir, que foram discretamente aproximados, concluindo os setenta topônimos analisados.

Gráfico 1 – Identificação percentual dos topônimos em relação à origem.



Fonte: Silva, 2020.

Para análise linguística desses topônimos, observamos, inicialmente, a sua base léxica para entender se era de origem portuguesa, indígena ou africana, tomando como base inicialmente dicionários da língua portuguesa como Ferreira (2010) e



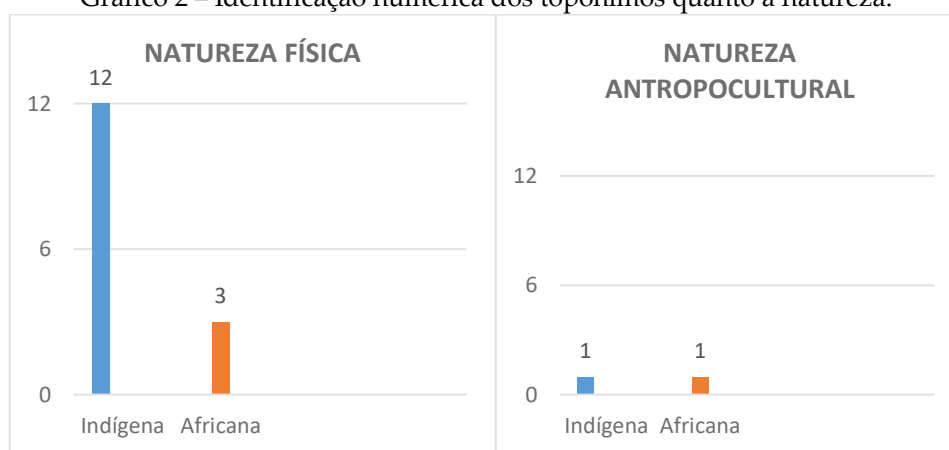
Houaiss, Villar e Franco (2007). Em seguida, observamos se essas bases eram encontradas em outras obras de estudiosos específicos com Castro (2001) para o léxico africano e Sampaio (1987), Navarro (2013) e Gregório (1980) para o léxico indígena. As etimologias foram verificadas em Cunha (2010).

Os topônimos foram classificados segundo o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990, 1992), para a realidade toponímica brasileira que considera as categorias de natureza antropocultural e física.

Na categoria de **natureza antropocultural**, relativa aos aspectos sociais, históricos e culturais, foram registrados dois topônimos, sendo um de origem indígena: *Canoa* (ergotopônimo) e um de origem africana *Quiricó* (somatopônimo).

Já na categoria de **natureza física**, encontramos quinze topônimos, sendo nove de origem indígena: *Burí*, *Cambuí*, *Capoeira*, *Guabiraba*, *Jenipapo*, *Narandiba*, *Patioba*, *Sucupira*, *Tucum* (fitotopônimos), *Sauipe* e *Tororó* (hidrotopônimos) e *Uruba* (zootopônimo); e três de origem africana: *Cangula* e *Calu* (fitotopônimos) e *Quizambú* (zootopônimo). O gráfico 2 apresenta os topônimos de natureza física e antropocultural.

Gráfico 2 – Identificação numérica dos topônimos quanto à natureza.



Fonte: Silva (2020).

Para uma melhor compreensão deste estudo, foi elaborado um quadro sistematizado acerca das taxionomias dos topônimos de origem indígena e africana da zona rural de Alagoinhas.

Quadro 2 – Taxionomia dos topônimos indígenas e africanos.

T A X I O N O M I A	ERGOTOPÔNIMO	INDÍGENA	AFRICANO
	FITOTOPÔNIMO	1. Canoa	
		2. Burí	1. Calu
		3. Cambuí	2. Cangula
		4. Capoeira	
5. Guabiraba			
6. Jenipapo			
7. Narandiba			
8. Patioba			
9. Sucupira			
10. Tucum			
HIDROTOPÔNIMO	11. Sauipe		
	12. Tororó		
ZOOTOPÔNIMO	13. Uruba	3. Quizambú	
SOMATOPÔNIMO		4. Quiricó	

Fonte: Silva (2020).

A seguir, apresentaremos os gráficos com a identificação numérica dos topônimos de origem indígena e africana em relação à taxionomia, evidenciando que os topônimos de origem indígena se sobressaem em relação aos de origem africana.

Gráfico 3

Identificação numérica dos topônimos indígenas em relação à taxionomia

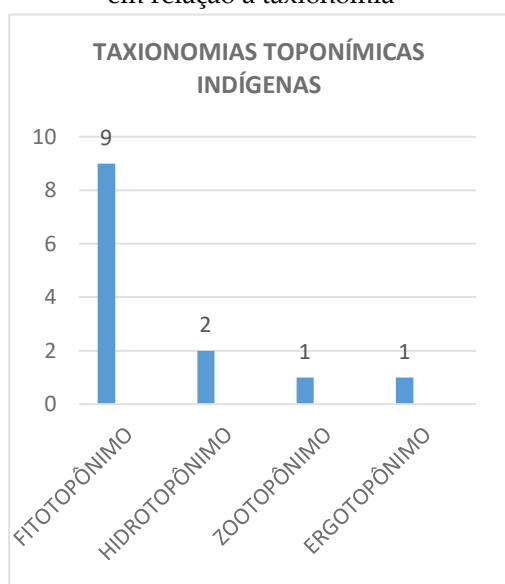
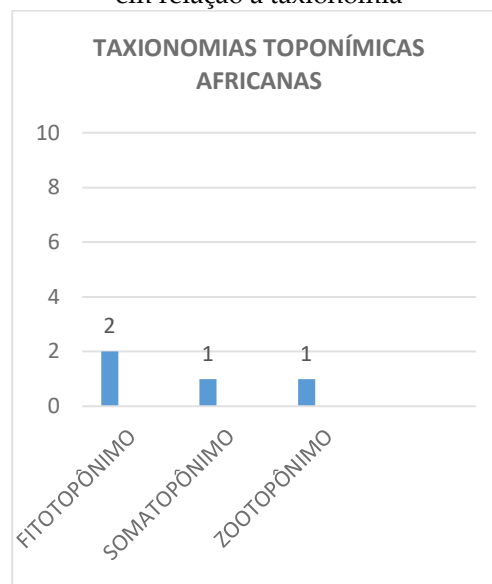


Gráfico 4

Identificação numérica dos topônimos africanos em relação à taxionomia



Fonte: Silva (2020).

Quanto à motivação toponímica, observamos que a categoria mais produtiva dos acidentes humanos da zona rural são fitotopônimos, somando um total de onze deles, sendo nove de origem indígena (*Buri, Cambuí, Capoeira, Guabiraba, Jenipapo, Narendiba, Patioba, Sucupira, Tucum*), e dois de origem africana (*Calu e Cangula*). A segunda categoria mais produtiva é a dos hidrotopônimos com dois deles: *Sauipe e Tororó*. E a terceira categoria produtiva com apenas um topônimo, corresponde ao zootopônimo: *Uruba* e ergotopônimo: *Canoa*. Sobre os topônimos de origem africana, a categoria mais produtiva também cabe aos fitotopônimos com dois deles: *Calu e Cangula*. As demais categorias, apenas um em cada: um zootopônimo: *Quizambú* e um somatopônimo: *Quiricó*.

Ao analisarmos a proporção dos topônimos das diferentes taxionomias, verificamos que a maior ocorrência são dos fitotopônimos, que totalizam um número de onze, dentre os dezessete analisados, sendo que boa parte destes se refere às palmeiras e plantas frutíferas, como é o caso dos topônimos: *Cambuí, Guabiraba, Jenipapo e Patioba; Buri, Cangula, Sucupira e Tucum*, os quais designam palmeiras ou plantas do gênero das palmas.

Já *Calu e Capoeira* designam vegetais mais rasteiros. Assim, observa-se a influência da vegetação no processo de motivação toponímica muito presente nessas localidades, como as árvores frutíferas que remetem, de certo modo, não apenas à alimentação e vida do homem, mas também ao hábito do cultivo dessas árvores como forma de garantir o sustento de muitos povos indígenas que habitaram ou ainda habitam tal localidade.

Este índice comprova a influência da vegetação no processo de designação dos topônimos que nomeiam as localidades examinadas, pois justamente com outros elementos, pode-se considerar que: “o importante, talvez, seria não perder de vista que a vegetação é parte integrante de um conjunto natural (DICK, 1990, p. 146).

É necessário ressaltar que, embora tenha sido identificado a partir da análise do *corpus* da pesquisa em desenvolvimento, a predominância dos topônimos de etimologia portuguesa em razão da ocupação dos colonizadores portugueses em terras brasileiras a começar pela Bahia, optamos por tratar neste texto da contribuição dos topônimos indígenas e africanos da zona rural de Alagoinhas, Território de Identidade 18, Litoral norte e Agreste Baiano, reforçando que a força do colonizador prevalece, mas não apaga por completo as outras marcas étnicas, principalmente a autóctone.

Salienta-se que os topônimos de origem africana analisados são de base banto, registrando-se uma discreta presença, com apenas quatro designativos, enquanto que os topônimos de origem indígena encontrados, possuem base tupi com um total de treze designativos.

É importante salientar que, bem diferente do processo de chegada dos colonizadores portugueses no Brasil, a dos africanos não foi realizada de forma espontânea, pois estes foram trazidos para serem escravizados e atender aos interesses econômicos dos senhores e donos da terra, sendo desprovidos de quaisquer privilégios, sendo ainda obrigados a aprender o português e aceitar a conversão ao catolicismo.

Neste sentido, a desvalorização da língua e cultura africanas constitui-se como uma das possibilidades para a menor relevância da presença africana na toponímia da Bahia e, conseqüentemente, da zona rural de Alagoinhas.

A maior incidência de nomes portugueses na nomeação dos topônimos é justificada por fatores históricos. De acordo com Tavares (2011, p.49), o colonizador lusitano, ao conquistar as terras brasileiras, impôs elementos de sua cultura, tais como: religião, idioma, organização política e economia, através da força, da organização militar, como também interesse pelas riquezas do Brasil e da Bahia.

## 6 Considerações finais

Ao considerar que a Geografia estuda, descreve e também representa a superfície terrestre, é inegável não reconhecer que todo fato ocorrido se faz no espaço com data e com grande relevância para o conhecimento histórico. Nesse contexto, agrupam-se todos esses elementos, e a Toponímia constitui-se como um veículo condutor de fundamental importância para o conhecimento de aspectos históricos e sócio-culturais da realidade brasileira.

E sobre a história do atual território da Bahia, segundo Tavares (2008), este foi lentamente povoado ao longo desses quinhentos e vinte anos pela contribuição de três grupos étnicos: os povos que habitavam há cerca de onze a doze mil anos (11.000 a 12000), os europeus, com a predominância dos portugueses, e os africanos trazidos da costa ocidental e de outras áreas de África para o trabalho escravo nas terras do Brasil.

Assim, historicamente, ao considerarmos que os acidentes humanos (distritos, povoados, vilas e comunidades) foram os primeiros a serem nomeados no início da conquista e da ocupação do espaço brasileiro, buscamos, na verdade, a partir deste trabalho, identificar os acidentes humanos de origem indígena e africana, bem como os critérios de escolha das suas motivações.

Neste sentido, alguns acidentes humanos, apesar de sua existência desde épocas remotas, não possuíam um nome específico. Quando o homem começou a habitar esse espaço, passou a atribuir significado ao meio circundante, dando-lhe nomes motivados pelas características físicas do local ou por questões culturais que sinalizavam sentimentos, ideologias, desejos de uma comunidade, ou até mesmo estados emocionais no ato da nomeação.

A investigação sobre os acidentes humanos de origem indígena e africana na zona rural do município de Alagoinhas revelou, do ponto de vista etnolinguístico-cultural, a predominância dos topônimos de origem indígena.

Percebe-se que a passagem dos ameríndios pela região na formação dos povoados teve uma relevância considerável, como demonstram os dados, além da exuberância da flora e da fauna, tão aproveitada pelos seus habitantes.

Os resultados apresentados provêm da dissertação de mestrado, concluída esse ano, intitulada “A Toponímia Rural na construção Cultural e Histórica de Alagoinhas: acidentes humanos” sob a orientação da Profa. Dra. Celina Márcia Abbade, que teve como proposta o estudo da toponímia rural a partir do levantamento dos acidentes humanos na cidade baiana de Alagoinhas.

Esperamos que esta pesquisa possa colaborar com os estudos toponímicos, numa construção de sentidos, suscetíveis a outras análises, as quais poderão enriquecê-las, buscando preservar a toponímia baiana, considerando-a como patrimônio cultural.

## Referências

ABBADE, C. M. de S. A lexicologia e a Teoria dos Campos Lexicais. **Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, v. XV, n. 5, t. 2 p. 1332-1343. XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2011. (Congresso). Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_2/105.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf). Acesso em: 09 ago. 2019.

BARROS, S. **Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas**. Salvador: Artes Gráficas, 1979.

CARVALHINHOS, P. de J.; ANTUNES, A. M. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. **Cadernos do CNLF**, v. XI, n. 02, 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia. Um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: ABL/TOPBOOKS, 2001.

COSERIU, E. **O homem e sua linguagem**. Rio de Janeiro: Presença, 1982.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4ª. ed. Revista e atualizada de acordo com a nova ortografia, Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

DAUZAT, A. **Les noms de liex**. Paris: Delegrave, 1991 [1926].

DICK, M. V. de P. do A. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG - Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C. T. C. (org.) **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 91-117.

DICK, M. V. de P. do A. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações Linguísticas e Teoria Literária**. Recife, UFPE: v. 9, p. 119-148, 1999.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DURANTI, A. **Antropologia Linguística**. Trad. espanhola: Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio**: Dicionário da Língua Portuguesa (Dicionário Eletrônico). Paraná: Editora Positivo, 2010.

GREGÓRIO, I. J. **Contribuições indígenas ao Brasil**. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva,

IBGE **Cidades @**. Alagoinhas. Bahia. 2018. Disponível em: [www.http://cidade-sibge.gov.br/brasil/ba/alagoinhas/panorama](http://cidade-sibge.gov.br/brasil/ba/alagoinhas/panorama). Acesso em: 10 jan. 2020.

LEITE DE VASCONCELOS, J. **Opúsculos**: onomatologia. Vol.3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

NAVARRO, E. de A. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geografia Nacional**. 5ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SAUSURRE, F. **Curso de Linguística Geral**. 4 ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e Onomástica. *In*: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.) **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

SILVA, E. M. C. da. **A Toponímia Rural na Construção Cultural e Histórica de Alagoinhas: Acidentes Humanos**. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Discurso e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL/UNEB). Salvador, 2020. 200 fls.

SOUZA, B. J. de. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. 5<sup>a</sup> ed. Da Onomástica geral da geografia do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1961.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. 11ed. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2008.

ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

Artigo recebido em: 12.08.2020

Artigo aprovado em: 16.11.2020